



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"  
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.  
Sub-eixo: Ênfase em Formação profissional.

## UMA REFLEXÃO SOBRE A REALIDADE DO TRABALHO DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS DA MICRORREGIÃO DOS INCONFIDENTES

Virginia Alves Carrara<sup>1</sup>  
Cristiane Silva Tomaz<sup>2</sup>  
Alba Barreto Barboza de França<sup>3</sup>  
Adriana de Andrade Mesquita<sup>4</sup>  
Claudio Henrique Miranda Horst<sup>5</sup>  
Fernando Bastitelli Carlos Mateus<sup>6</sup>  
Andreza Caroline de Ataides<sup>7</sup>  
Thayná da Costa Machado<sup>8</sup>  
Rosilene Isabel Ferreira<sup>9</sup>  
Kátia Janaína Santana da Costa Ferreira<sup>10</sup>

**Resumo:** Apresenta-se a sistematização das atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão: A Relação Teoria-Prática e o Tratamento do Instrumental Técnico-Operativo no PEP do Serviço Social: a proposta do projeto, as ações realizadas, os desafios identificados pelas/os assistentes sociais no cotidiano socioinstitucional, concluindo a importância da universidade na formação continuada.

**Palavras-chave:** Formação continuada; Serviço Social, Extensão; Instrumentalidade; Teoria-Prática.

**Abstrac:** The systematization of the activities developed by the project of extension of The Theory-Practice Relationship and the Treatment of the Technical-Operative Instrument in the PEP of the Social Work is presented: the proposal of the project, the actions carried out, the challenges identified by the social workers in the socio-institutional daily, concluding the importance of the university in continuing education.

**Keywords:** Continuing education; Social Work, Extension; Instrumentality; Theory-Practice.

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: <vcarrara18@gmail.com>.

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: <vcarrara18@gmail.com>.

<sup>3</sup> Profissional de Serviço Social. Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: <vcarrara18@gmail.com>.

<sup>4</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: <vcarrara18@gmail.com>.

<sup>5</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: <vcarrara18@gmail.com>.

<sup>6</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: <vcarrara18@gmail.com>.

<sup>7</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: <vcarrara18@gmail.com>.

<sup>8</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: <vcarrara18@gmail.com>.

<sup>9</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: <vcarrara18@gmail.com>.

<sup>10</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: <vcarrara18@gmail.com>.

## Introdução

O Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, na perspectiva da totalidade, preconiza para o exercício profissional a articulação entre as demandas institucionais e a ação política coletiva vinculada aos processos de luta contra hegemônicos da sociedade brasileira. Nesta direção, significa reconhecer que o trabalho profissional é perpassado por contradições que possibilitam articular, no exercício profissional comprometido com a emancipação sociopolítica, - importante para a realização de conquistas nos limites e diferentes níveis da sociabilidade burguesa - e contribuir para as lutas que tem no horizonte a emancipação humana.

Partindo desta afirmação, um grupo constituído por assistentes sociais docentes, técnico-administrativo e discentes da Universidade Federal de Ouro Preto, vem desenvolvendo atividades extensionistas<sup>11</sup> com foco na capacitação contínua junto a assistentes sociais da Região dos Inconfidentes de Minas Gerais. Este território é marcado, desde a época colonial, pela atividade extrativista predatória de mineração e com recorrentes conflitos socioambientais, culminando com os recentes crimes das empresas Samarco, BHP Billiton Brasil Ltda e Vale S.A., o rompimento das barragens<sup>12</sup> de Fundão em 5 de novembro de 2015 e Brumadinho em janeiro de 2019.

A região dos Inconfidentes sofre a degradação socioambiental em decorrência da exploração de minerais nobres<sup>13</sup>, desde o século XVIII. A exploração do ouro fez surgir a Vila do Ribeirão do Carmo, atual Mariana, mantendo na contemporaneidade o ciclo exploratório - de força de trabalho e meio ambiente - agora com o minério. A formação sócio-histórica, a cultura político-econômica da região ergueu-se sobre as estruturas colonial e escravocrata, e marcaram o desenvolvimento socioeconômico da região, reiterando e aprofundando o patrimonialismo e o clientelismo no trato da *res publica*. A arrecadação das receitas do município de Mariana e região se mantém

---

<sup>11</sup> As atividades de extensão são desenvolvidas pelo Núcleo de Extensão e Estudos em Formação e Trabalho em Serviço Social – NEESFT/CNPq – UFOP.

<sup>12</sup> Estes são crimes emblemáticos da apropriação predatória da riqueza. Conferir Carrara *et alii* 2016.

<sup>13</sup> Não é sem razão a criação no século XIX da Escola de Minas em Ouro Preto pelo Imperador D. Pedro II. Cf. CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. Belo Horizonte: UFMG. 2002.

dependente da mineração, sem que se reverbere na população local a socialização da riqueza produzida pelos trabalhadores. De africanos escravizados a trabalhar nas minas, aos atuais trabalhadores, ainda são mantidos os grilhões do capitalismo, dependente com a “superexploração da força de trabalho” (MARINI, 2005), que marcam todo o continente Latino Americano, como alertava Galeano (2012, p. 51):

Os mineiros desprezavam o cultivo da terra e a região sofreu epidemias de fome em plena prosperidade, por volta de 1700 e 1713; [...]. Os escravos esgotavam suas forças e seus dias na lavagem de ouro. Ali trabalham [...] comem, e muitas vezes têm que dormir ali; e como quando trabalham se banham em suor, com dois pés sobre a terra fria, sobre pedras ou na água, quando descansam ou comem, seus poros se fecham e se congelam de tal forma que se tornam vulneráveis a muitas doenças perigosas, como as mui severas pleurísias, apoplexia, convulsões, paralisia, pneumonia e muitas outras.

O capitalismo dependente, neste sentido é compreendido, ainda em Marini (2005) em sua relação indissociável com os processos de integração subordinada da América Latina ao mercado mundial, recorrendo-se sistematicamente ao uso da violência e a expropriação de riquezas pelas metrópoles europeias; em que a superexploração da força de trabalho, o intercâmbio desigual, o processo de industrialização no ciclo do capital da economia dependente irão configurar na particularidade brasileira um capitalismo periférico e subordinado, com repercussões no âmbito da região dos inconfidentes.

O rompimento da barragem de rejeito de minérios da Samarco/Vale no município de Mariana materializa a forma predatória com a qual o capital vem garantindo sua autorreprodução. Quando falamos de exploração exacerbada dos recursos naturais, de desastres ambientais com proporções assombrosas estamos nos referindo a crimes ambientais como este. Tal realidade tem impactado no âmbito do Serviço Social enquanto uma das manifestações da “questão social” e, portanto, enquanto objeto de intervenção e estudos para os Assistentes Sociais da região.

Este trabalho é uma reflexão sistematizada do projeto de extensão “A Relação Teoria-Prática e o Tratamento do Instrumental Técnico-Operativo no PEP do Serviço Social” que visa, a partir da indissociabilidade entre as dimensões do trabalho, da formação e da organização política, atuar no campo da formação e do trabalho junto aos profissionais assistentes sociais da região

de abrangência da UFOP, para o estudo, reflexão e aprimoramento de intervenções, com a atenção na formação continuada crítica das/os assistentes sociais.

Na primeira parte deste trabalho, buscou-se apresentar em que consiste o projeto em sua relação com o território onde se insere o curso de Serviço Social e o papel da universidade em sua relação indissociável com o ensino, pesquisa e extensão. Na segunda parte são discutidos, problematizados, enfim refletidos os desafios identificados pelos assistentes sociais frente às demandas socioprofissionais postas pelas instituições empregadoras, os usuários e as múltiplas expressões da “questão social” que estão presentes no cotidiano desses profissionais.

## **2. A Relação Teoria-Prática e o Tratamento do Instrumental Técnico-Operativo no PEP do Serviço Social: uma breve síntese do Projeto de Extensão**

No atual contexto de crise capitalista, sob hegemonia da lógica da razão instrumental, em que as metamorfoses no mundo do trabalho se desdobram nas condições e relações de trabalho dos assistentes sociais e na formação profissional, recai sobre a dimensão técnico-operativa o papel de dar sentido e direção às respostas profissionais.

O Projeto “A Relação Teoria-Prática e o Tratamento do Instrumental Técnico-Operativo no PEP do Serviço Social” busca, com os sujeitos envolvidos, refletir criticamente sobre a realidade de trabalho das/os Assistentes Sociais, no sentido de produzirmos conhecimento, propostas de trabalho, ações e intervenções que estejam articuladas com as atribuições e competências sócio profissionais e ético-políticas fundamentadas pelo atual Projeto Ético-Político do Serviço Social.

A partir da indissociabilidade entre as dimensões do trabalho, da formação e da organização política, o projeto vem atuando no campo da formação e do trabalho junto aos profissionais assistentes sociais da região de abrangência da UFOP, com vistas ao estudo, à reflexão e ao aprimoramento de intervenções, na direção da formação continuada crítica das/os assistentes sociais.

A atividade extensionista realizada trouxe o debate sobre como as diversas expressões da “questão social” se manifestam nos diversos campos de Estágio Supervisionado do curso de Serviço Social/UFOP e como essas demandas são respondidas, dentro de um contexto de intensa precarização dos locais de trabalho na região.

Nesse sentido, constituem objetivos da referida atividade extensionista: aproximar da realidade do trabalho das/os assistentes sociais, a fim de identificar as múltiplas expressões da questão social, as demandas institucionais, as condições de trabalho; qualificar o trabalho dos assistentes sociais envolvidos em políticas sociais que exigem em suas atribuições privativas a realização de estudos sociais, na direção do atual PEP do Serviço Social; capacitar reflexão em torno da questão dos instrumentais utilizados pelas/os assistentes sociais, enfatizando a indissociabilidade da relação teoria-prática e o tratamento do instrumental técnico-operativo, que se expressa também nos modos de atuar e de pensar; impactar positivamente os resultados a serem alcançados nas políticas de acesso a direitos sociais na perspectiva dos direitos dos usuários; construir coletivas estratégias e canais de participação nos espaços de discussão, monitoramento e avaliação de políticas sociais; possibilitar espaço de diálogo e capacitação contínua entre a formação e o exercício profissional. A partir desses objetivos, as atividades foram construídas e desenvolvidas pelo grupo, com destaque para os espaços de estudos/reflexão, desenvolvidos através de encontros sistemáticos, organizados em módulos.

O Módulo I teve como o tema “*A relação teoria-prática e o tratamento do instrumental técnico-operativo no PEP do Serviço Social*”<sup>14</sup>, e aconteceu em novembro de 2018. Neste módulo, com o uso da metodologia grupos cooperativos, os participantes dividiram-se em grupos de trabalhos (GTs), cuja finalidade era a discussão das demandas de trabalho postas as/os assistentes sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. A partir da síntese apresentada por cada GT promoveu-se o debate acerca das dimensões ético-política, técnico-operativa, teórico-metodológica e investigativa do Serviço Social, e identificando-se, a partir da aproximação sucessiva, da realidade

---

<sup>14</sup>A Dra. Yolanda Guerra coordenou as atividades do Módulo I.

problematizada à temática que expressava a particularidade presente nos GT's, e tema para o próximo módulo da extensão.

Com o objetivo de continuidade das atividades e das demandas apresentadas, o Módulo II ocorreu em abril de 2019, com temática: “*A realidade da microrregião dos Inconfidentes e os impactos na política social e no trabalho profissional*”<sup>15</sup>. A proposta da temática para discussão articulou-se com a conjuntura atual vivenciada pelo país, mas, especialmente, à realidade vivenciada pelos municípios da região, após o crime da Samarco.

O Módulo III, denominado “*Estratégias de atuação frente às demandas postas na atual conjuntura*”, teve como objetivo estimular a construção de estratégias de atuação frente às demandas postas na atual conjuntura, a partir das demandas apresentadas no Módulo II. O terceiro módulo aconteceu no mês de maio de 2019. No início de cada encontro, sempre é apresentada a memória do que foi construído coletivamente nos módulos anteriores, a fim de resgatar as discussões realizadas, as problematizações construídas e a socialização dos encaminhamentos propostos. Para subsidiar a reflexão e debate, recorreu-se à exibição do vídeo “O Privilégio da Servidão”, de Ricardo Antunes.<sup>16</sup> Após o vídeo, abriu-se um momento para as discussões, debates e problematização da atual conjuntura dos municípios da região. Como encaminhamento, houve a sugestão de uma atividade de sistematização das atividades concretas, realizadas no cotidiano profissional, para análise de situações concretas. Para tanto foi indicado o roteiro *Contextualização da Atividade Realizada*, disponível na obra de Vasconcelos (2014).

O Módulo IV - “*Contextualizando a atividade realizada*” - aconteceu no mês de junho de 2019, e teve como proposta a socialização da atividade indicada no Módulo III. Como nos outros módulos, este foi iniciado com a apresentação da memória dos encontros anteriores e logo depois uma breve explicação a respeito dos objetivos do projeto e do exercício proposto no encontro anterior. Em seguida, ocorreu a dinâmica de apresentação do exercício sugerido em forma de exposição dialogada, a fim de promover e fomentar o debate. Com isso,

---

<sup>15</sup> Participou do Módulo II a Gerência Técnica do CRESS/MG – 6ª Região a Assistente Social Denise Cunha

<sup>16</sup>Antunes, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Bointempo. 2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6QO1OGhocYU>. Acesso em 14 de maio de 2019.

foi possível identificarmos pontos comuns e divergentes entre os diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Na seção seguinte, apresentaremos as discussões, as problematizações e as reflexões realizadas durante os encontros/módulos do projeto de extensão.

## 1. Identificando os desafios e os limites socioprofissionais

A partir das discussões realizadas coletivamente, durante os encontros que foram expostos no item anterior, apresentaremos a síntese destas organizadas em *quatro* eixos centrais, a saber: o desmonte das políticas sociais; a precarização das condições do trabalho profissional; a desmobilização da categoria e, por fim, discursos e práticas conservadoras.

O ***desmonte das parcas políticas sociais*** municipais tem se expressado da seguinte forma nos municípios da Região dos Inconfidentes: a) redução do acesso aos benefícios assistenciais; a rede socioassistencial encontra-se desatualizada; b) intermediação por terceiros no acesso a direitos sociais, principalmente no município de Mariana; c) frequente identidade entre o trabalho realizado pelo Assistente Social e as diretrizes da política social; d) ausência da participação dos usuários nos processos de formulação, implementação, execução e monitoramento das políticas municipais; e) frequente cooptação, pelo poder público, dos Conselhos Municipais na região; f) os municípios não têm recebido o repasse dos recursos do fundo por parte do Estado de Minas Gerais, desde 2016, o que tem dificultado na execução das propostas planejadas pelos municípios.

Tal cenário, além das particularidades que assume a região após o crime da Vale/Samarco, é fruto do cenário em curso de contrarreformas em relação às reduzidas políticas sociais garantidas nos últimos anos. Conforme apontaram Souza e Soares (2019), trata-se de um recuo civilizatório:

O recuo civilizatório observado – expresso nos índices alarmantes de desemprego, o retorno do Brasil ao mapa da fome e uma crise sanitária – sinaliza para a ruptura com o “pacto social” inscrito na Constituição de 1988. Em detrimento dos direitos sociais e qualquer concessão aos “de baixo” aplica-se um programa de devastação social, justificável numa tônica conservadora e de intensa criminalização da pobreza. Neste contexto, é a previdência social, dentre o conjunto das políticas sociais, a maior destinatária dos recursos do orçamento público e, portanto, objeto de interesse do grande capital via punção de tais recursos como espaços de valorização financeira. Após as medidas que ampliam a precarização do trabalho (a contrarreforma trabalhista) e o enxugamento dos gastos sociais para pagamento da dívida

pública (o Novo Regime Fiscal), resta agora avançar no ataque às aposentadorias e pensões dos trabalhadores (SOUZA; SOARES, 2019, p.13).

A brutal deterioração das condições de vida das classes trabalhadoras diante de tal cenário, ao provocar a agudização das expressões da “questão social” afetam, conforme sabemos e destacaram as/os profissionais, diretamente o exercício profissional.

A **precarização do trabalho profissional** foi uma das questões mais apontadas pelas/os profissionais<sup>17</sup> e isso tem se dado da seguinte forma nos últimos anos: sucateamento dos equipamentos da assistência social e saúde dos municípios; a descontinuidade da oferta dos serviços tem sido uma constante; a existência de vínculos de trabalho frágeis e diversificados (concursados, contratados, *terceirizados*, *quarteirizados*, etc.); há uma alta rotatividade nas equipes de trabalho; excesso de funções; *sobrecarga* de trabalho; *adoecimento* da equipe de trabalho, etc. Conforme apontou Raichelis (2011, p.432):

Os efeitos da terceirização para o trabalho social são profundos, pois ela: a) Desconfigura o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado pelos assistentes sociais e demais trabalhadores sociais; b) Desloca as relações entre a população, suas formas de representação e a gestão governamental, pela intermediação de empresas e organizações contratadas; c) Subordina as ações desenvolvidas a prazos contratuais e aos recursos financeiros definidos, implicando descontinuidades, rompimento de vínculos com usuários, descrédito da população para com as ações públicas; d) Realiza uma cisão entre prestação de serviço e direito, pois o que preside o trabalho não é a lógica pública, obscurecendo-se a responsabilidade do Estado perante seus cidadãos, comprimindo ainda mais as possibilidades de inscrever as ações públicas no campo do direito.

A precarização do trabalho se torna maior, na medida em que as investidas do capital se tornam mais fortes, principalmente com o atual governo. As/os assistentes sociais, como trabalhadora/es assalariados, dependem da venda da sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência e, por muitas vezes, encontram-se com excesso de funções e sobrecarga de trabalho, o que torna o ambiente de atuação mais complexo. O sofrimento e adoecimento dos profissionais foi também um tema bastante abordado nas discussões. As demandas levantadas pelos profissionais presentes perpassam pelo sucateamento dos serviços e descontinuidade do trabalho profissional que,

---

<sup>17</sup> Tal destaque, a nosso ver, é fundamental, afinal: “O que se observa com maior frequência [...] é o assistente social analisar (e indignar-se) frente à exploração e ao desgaste a que são submetidos os trabalhadores assalariados, mas estabelecendo com estes uma relação de exterioridade e de não pertencimento enquanto um segmento desta mesma classe” (RAICHELIS, 2011, p.426).

muitas vezes, estão relacionadas com a alta rotatividade de assistentes sociais para diversos programas/projetos da rede socioassistencial, além do processo em curso de sucateamento da Política de Assistência Social em geral.

Conforme sinalizou Raichelis (2011) a violação dos direitos das/os assistentes sociais precisa ser compreendida como parte da violação dos direitos a que a classe trabalhadora está submetida. Tal leitura inclui e exige “a definição de uma agenda de questões específicas conectada às lutas gerais da classe trabalhadora no tempo presente” (2011, p.427).

Nesses termos, a condição de assalariamento condiciona que as/os profissionais não disponham e nem tenham controle sobre todas as dimensões, condições e meios de trabalho donde as instituições empregadoras detêm o poder de definição das demandas e sob quais situações deve ser exercido o trabalho, como por exemplo: o contrato de trabalho, a jornada, o salário, as metas (RAICHELIS, 2011). Cabe destacar que por se tratar de uma profissão hegemonicamente feminina o debate sobre a precarização das condições de trabalho não pode se isentar das hierarquias estabelecidas pela divisão sócio-sexual do trabalho que relega às mulheres jornadas duplas/triplas de trabalho

Tal dinâmica é o que move a tensão, conforme já apontada por Iamamoto (2017), entre o projeto ético-político e o estatuto de assalariamento. No entanto, o entendimento das contradições que perpassam o trabalho profissional e as formas de resistência diante de tal cenário nem sempre resultam, a partir das ‘brechas’ possíveis, em resistências, mobilizações.

A **desmobilização da categoria profissional** tem sido um fato presente, pois é nítida a frágil organização e mobilização da categoria profissional. Além disso, pôde-se identificar ameaças por parte dos gestores municipais para que os profissionais respondam às demandas postas, bem como é frequente a dificuldade de se compreender quais são as atribuições e competências do assistente social nos diversos espaços de trabalho em relação às demandas institucionais e da política social. As discussões levaram à percepção de que alguns profissionais trabalham isolados, desvinculados da equipe do dispositivo e tem ocorrido pouca organização e mobilização da categoria profissional.

Dentre os elementos apontados, conforme apontou o CFESS (2018, p.2), *“constata-se uma dificuldade do Serviço Social em tomar a sua inserção junto aos movimentos sociais como trabalho profissional”*. Essas questões apontadas

foram relacionadas à condição de trabalho precária que acaba por fragmentar atuação dos profissionais, gerando certo enfraquecimento dos profissionais no seu reconhecimento enquanto categoria.

Diante de tais constatações, identificou-se a necessidade de buscar “saídas” coletivas, entre os profissionais e a comunidade, criando estratégias de organização e mobilização popular. Afinal, conforme destaca Iamamoto (2017, p.34), o retorno ao trabalho de base, ao trabalho de educação política, pode ser um caminho fértil, uma vez que

O momento histórico exige voltar a atenção para as lutas e movimentos dos trabalhadores enquanto classe — incluindo os assistentes sociais —, para a preservação e ampliação do trabalho, dos direitos conquistados e da crescente democratização das políticas públicas; a defesa da seguridade social na disputa pelo fundo público, do Sistema Único de Saúde, do Sistema de Único de Assistência Social, a luta contra a securitização da Previdência Social. E estar junto com os movimentos sociais e novos sujeitos coletivos na luta contra as desigualdades e disparidades sociais, na perspectiva de fortalecer a ação conjunta na defesa dos direitos sociais: os assalariados da indústria e dos serviços, os trabalhadores congregados na via campestre, os migrantes e deslocados (em especial bolivianos e haitianos no Brasil); a juventude organizada na defesa do ensino, do direito ao passe livre, em núcleos de cultura; as nações indígenas; os afrodescendentes, os grupos LGBT e as mulheres organizadas na defesa do trabalho e contra a violência doméstica, dentre outros (IAMAMOTO, 2017, p.34).

Nessa direção, tais estratégias no exercício profissional tensionam e possibilitam ganhos para a categoria profissional, como para o conjunto da classe trabalhadora. Nesse sentido, o fazer profissional reforça a direção defendida pelo PEP e contribui para o fortalecimento de um projeto societário o qual reivindica o fortalecimento do viés emancipatório das lutas. Na contramão de um exercício profissional “[...] *de manutenção da ordem capitalista, tendo como exigência a subalternidade dos “de baixo”, a partir da individualização da intervenção profissional, o recurso ao pragmatismo tecnicista, a “asepsia” política e a culpabilização dos indivíduos sociais*” (CFESS, 2018, p.3).

A última questão - dialeticamente articulada com as anteriores - é a presença do **conservadorismo na execução da política social**, nos municípios da região em questão, que se expressa na cultura do clientelismo, na qual a intermediação de direitos sociais é realizada por terceiros (figuras políticas), na forma de favor. O que tem impacto direto no trabalho do assistente social.

A supressão dos direitos e a crescente predominância de posicionamentos conservadores contra os direitos humanos atingem de forma direta o trabalho de assistentes sociais, cujo desafio cotidiano é, justamente, buscar alternativas

para ampliar o acesso aos direitos, lutar contra a destruição dos direitos conquistados, bem como pela sua ampliação. Assistentes sociais vêm sendo cada vez mais solicitados a intervir em situações de atendimento a mulheres que sofreram violência doméstica ou abuso sexual, atendimento a gays, lésbicas, travestis e transexuais em busca de garantia de seus direitos. O nosso Código de Ética interdita qualquer atitude discriminatória, mas alguns estudos vêm mostrando, de forma ainda pontual, que predominam muitas posturas intolerantes (BOSCHETTI, 2017, p.60).

Conforme apontamos desde o início das reflexões, o trabalho profissional é parte integrante das relações sociais da sociedade burguesa. Por isso, os desafios postos à profissão ora configuram-se como velhos dilemas reeditados, ora como novos desafios que surgem diante da agudização da precarização das condições de vida da classe trabalhadora e do avanço do conservadorismo, como temos acompanhado no cenário político brasileiro.

Diante de tal cenário é urgente - a partir dos elementos expostos - pensar estratégias cotidianas de incorporar e consolidar os princípios ético-políticos como forma de resistência ao pensamento e ação conservadoras. Ao incorporarmos os princípios do código de ética, com a clareza dos limites da política social no capitalismo, agregado às lutas sociais pelas condições ético-técnicas de trabalho com qualidade e pelos direitos da classe trabalhadora, se abre a possibilidade de concretizarmos um exercício profissional mediado pelo PEP.

Por fim, e partindo de tal compreensão, algumas propostas foram construídas pelas assistentes sociais durante os encontros. Assim, durante os encontros realizados, sempre tínhamos alguns questionamentos como ponto de pauta constante: Como podemos nos posicionar diante de um cenário desfavorável para o trabalho do assistente social? Que estratégias e encaminhamentos são possíveis de construir? Esses questionamentos levaram à apresentação das seguintes propostas de intervenção e estratégias de luta e resistência: reativar o Núcleo de Assistentes Sociais (NAS) em Mariana/MG; realizar discussões sistemáticas acerca das questões/problemas/demandas que se colocam pelos usuários do Serviço Social; construir ações coletivas, junto aos demais assistentes sociais e usuários, para efetivação do trabalho profissional; no caso dos profissionais que trabalham no município de Mariana, é importante pensar no plano de cargos e salários dos profissionais junto ao sindicato; estimular a mobilização dos assistentes sociais, mas também dos usuários na luta por direitos; mobilizar a participação dos assistentes sociais nos diversos

conselhos municipais; possibilitar espaços de registro (sistematização) das demandas não atendidas dos usuários para dar visibilidade e construir propostas de atendimento.

#### 4. Apontamentos Finais

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia nos horizontes de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários. (IAMAMOTO, 1998).

Desde a década de 1970, o sistema do capital enfrenta uma crise fundamentalmente estrutural nos termos de Mészáros (2002). Para responder à crise em curso, o capital se empenha numa série de ajustes a mando do capital financeiro. Por isso, as contrarreformas em curso - acompanhadas pelo aumento dos discursos de cunho moral conservador - expressam, na realidade cotidiana, a agudização das expressões da “questão social” e o recuo às demandas do trabalho.

A nosso ver, tal cenário coloca desafios ao exercício profissional mediado pelo Projeto Ético-Político. No entanto, é a própria realidade que também apresenta os elementos para construção de um exercício profissional comprometido com as lutas contra-hegemônicas. A partir das discussões e problematizações realizadas, foi possível perceber que o atual cenário dos municípios tem sido complexo nos últimos anos, principalmente devido à particularidade da mineração diante dos crimes cometidos, no que se refere ao equipamento, aos vínculos empregatícios, à prestação de serviços, ao desmonte das políticas sociais.

Por isso, a partir das reflexões elaboradas recorreremos a Iamamoto, a fim de reafirmar a necessária qualificação do trabalho profissional a partir de uma dupla dimensão:

Faz-se necessário qualificar no exercício profissional a *dupla dimensão* presente no trabalho profissional, imprimindo-lhe plenitude de sentido: por um lado, a contribuição na reprodução material dos sujeitos, expressa na prestação de serviços sociais previstos nas políticas públicas; por outro, a dimensão educativa que incide na cultura das classes subalternas: nas suas maneiras de ver, viver e sentir a vida, que dispõem de uma dimensão coletiva na construção de uma contra-hegemonia, nos termos gramscianos. E, no que se refere ao projeto societário, estimular e apoiar uma frente de esquerda que crie um patamar mínimo de unidade para contribuir na construção coletiva de um projeto para o Brasil nesses tempos de regressão conservadora que historicamente tendem a ser acompanhados de crescente intolerância política (IAMAMOTO, 2017, p.34).

Nessa direção, a atividade de extensão realizada e aqui apresentada abrange a indissociabilidade entre as dimensões do trabalho, da formação e da organização política junto com os profissionais assistentes sociais da região de abrangência da UFOP, buscando articular um diálogo com entidades que atendam a demandas sociais da população usuária de políticas públicas como: Educação, Saúde e Assistência Social, mediante reflexões e produção de conhecimento, junto aos profissionais que atuam nessas entidades, com intuito de garantir um melhor atendimento dessa população.

Entendemos que a Universidade exerce papel fundamental e estratégico junto à comunidade como espaço de formação profissional e de socialização do conhecimento, que através da articulação das ações do ensino com a pesquisa e a extensão, na formação continuada dos Assistentes Sociais, deve priorizar ações que possam estreitar as relações entre academia e meio profissional. Entretanto, há que se superar a compreensão de que tal formação está vinculada a determinados “ensinamentos” de “como fazer”, superando com isso a lógica instrumental, que impregna as instituições socioassistenciais, a fim de responderem a demandas aparentes do mercado. Nesse sentido, entende-se a formação continuada como processo de aperfeiçoamento com vista à qualificação profissional para o fortalecimento e afirmação do Projeto Ético-Político do Serviço Social, na dimensão da unidade teoria e prática no exercício profissional do Assistente Social.

## Referências

BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 54-71, jan./abr. 2017.

CARRARA, Virginia A. ; ARAÚJO, Sara. M. ; SALEH, Estela. ; TOMAZ, Cristiane. ; OLIVEIRA, Danielle. C. B. M. O mar de lama da Samarco como manifestação da (des) ordem social capitalista: Uma análise a partir dos aportes teóricos metodológicos, técnicos operativos e ético políticos do Serviço Social.. In: **15ª edição do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)**, 2016, Olinda. 80 Anos do Serviço Social no Brasileiro: A certeza na frente a história na mão. CFESS: CFESS, 2016. v. 1. p. 1-12.).

CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. Belo Horizonte: UFMG. 2002.

CFESS Manifesta - O Trabalho de Assistentes Sociais junto aos Movimentos Sociais. Vitória, dezembro, 2018. Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/arquivos/2018-CfessManifesta-16Enpess-GTPAbepss-site.pdf>.

GALEANO, Eduardo H. *As veias abertas da América Latina* / Eduardo Galeano; tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012. Tradução de: *Las venas abiertas de América Latina*. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4194484/mod\\_resource/content/1/As%20veias%20abertas%20da%20Am%C3%A9rica%20Latina.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4194484/mod_resource/content/1/As%20veias%20abertas%20da%20Am%C3%A9rica%20Latina.pdf) . Acesso em: 15 maio. 2018.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez. 1998.

IAMAMOTO, Marilda V.. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João P. (Org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital** - Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2012.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

SOUZA, Gisele; SOARES, Morena. Contrarreformas e Recuo Civilizatório: Um Breve Balanço Do Governo Temer. **Ser Social**, v. 21, n. 44, p. 11-28, 13 mar. 2019.

VASCONCELOS, Ana. M.de. **As/os Assistentes Sociais na Luta de Classes**: Projeto Profissional e Mediações Teórico-Práticas. São Paulo: Cortez. 2015.